



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

29 e 30 de julho de 2017

Diário Catarinense
Contracapa e Nós
"Além do efeito moral"

Além do efeito moral / Gás lacrimogêneo / Armas não letais / Bala de borracha / Autarquia de Melhoramentos da Capital / COMCAP / Spray de pimenta / Bombas de efeito moral / Câmara de Vereadores / Florianópolis / Lei 13.060/2014 / Guarda Municipal de Florianópolis / Bruno Langeani / Instituto Sou da Paz / Eduardo Söchtig / Brasília / Lesão / Curso de História / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina / Zulmar Vieira Coutinho



1972

DC: mídia eletrônica | seção | 1972

NÓS



ALÉM DO EFEITO MORAL

USO DE ARMAS NÃO LETAIS – como gás lacrimogêneo e bala de borracha – fora dos protocolos recomendados expõe manifestantes ao risco e levanta o debate sobre os limites das forças de segurança.

PÁGINAS 3 A 6



PAVIO CURTO

CONFRONTOS ENTRE POLÍCIAS e manifestantes em Santa Catarina revelam que sobra espaço para a violência quando o diálogo não é a principal arma de negociação

JACSON ALMEIDA E LEONARDO THOMÉ
jacson.almeida@diariocatarinense.com.br
leonardo.thome@horasc.com.br

O único tiro que Luiz Salbino Pimentel levou na vida foi direto no abdômen. Embora a bala fosse de borracha, o disparo à queimadura de espingarda calibre 12 lhe atingiu em cheio, abrindo um rasgo na pele da dimensão de uma bola de gude. O servidor de Florianópolis tombou no mesmo instante. Junto a ele, outros funcionários da agora Autarquia de Melhoramentos da Capital (Comcap) ficaram feridos por armas não letais no dia em que a Rua dos Ilhéus, no coração da Capital, tornou-se uma arena de batalha. Gritos, spray de pimenta, bombas de efeito moral e tiros ecoavam diante da Câmara de Vereadores na noite de 12 de julho. Dentro do Legislativo, tramitava um projeto de lei que transformou a empresa de economia mista, com 1,6 mil trabalhadores que fazem a limpeza urbana e a coleta de resíduos sólidos de Florianópolis, em autarquia. O protesto era motivado, principalmente, pelo temor de demissões em massa. Um dia antes, após ser impedido de entrar no local, um grupo de servidores despejou sacos de lixo em frente ao prédio. A partir daí a tensão e os exageros aumentaram de todos os lados.

Os trabalhadores relatam abusos de guardas municipais, como disparos acima da linha da cintura e de distâncias inferiores a cinco metros, procedimento que fere as instruções dos fabricantes de armas e a orientação de especialistas. Reclamam de ausência de socorro, em desacordo com a Lei 13.060/2014, que disciplina o uso de armas pela po-

lícia em protestos. Além disso, afirmam ter recebido jatos de sprays de pimenta no rosto. Por outro lado, a Guarda Municipal garante que os agentes foram agredidos com pedras e outros objetos e só utilizaram da força “para se proteger nos momentos em que houve risco à vida dos servidores que trabalham no prédio da Câmara, depredação ao bem público e agressões físicas”.

Apesar das versões opostas, o episódio no Centro de Florianópolis é o retrato de algo comum em Santa Catarina e no país: quando as manifestações fogem do controle, a truculência por parte das forças de segurança aumenta e, conseqüentemente, há muitos feridos, principalmente por armas não letais.

Segundo o estudo *Letalidade Disfarçada - danos à saúde por armas letais*, elaborado pela Rede Internacional de Organizações de Direitos Civis e pela Médicos por Direitos Humanos, a distância recomendada para disparos com projétil de borracha é de nove a 14 metros. Do contrário, pode ocasionar ferimentos mais sérios. Outra orientação no documento é de que não se atire acima da cintura. A menos de três metros, por exemplo, a chance de levar a um ferimento grave, principalmente se atingir regiões como cabeça e abdômen, é maior.

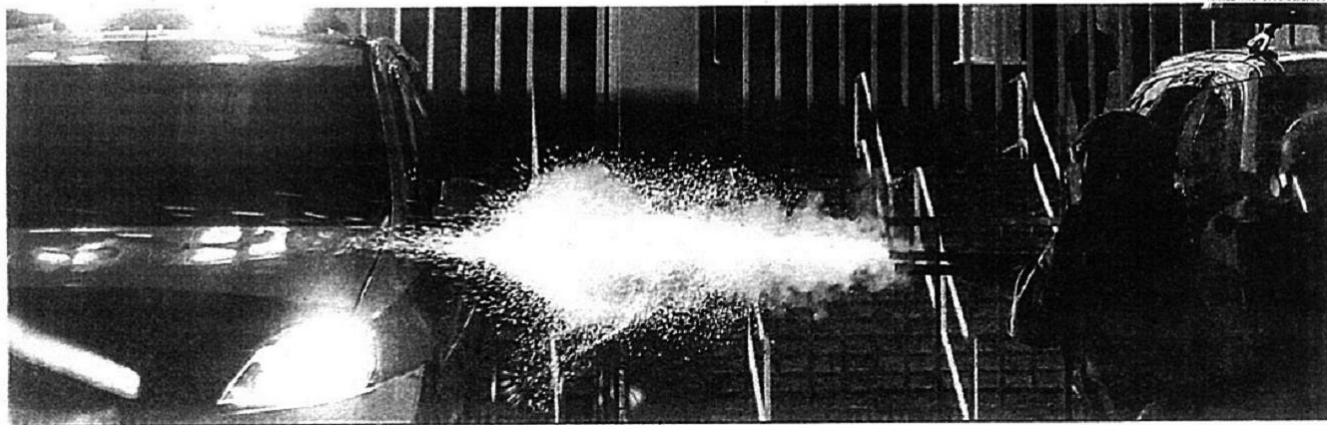
Socióloga do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (USP), a doutora Giane Silvestre explica que boa parte dos pesquisadores da área chama esse equipamento de armas menos letais, já que elas podem matar. Por isso, é importante que os agentes da segurança sigam as normas de uso para não causar lesões mais sérias.

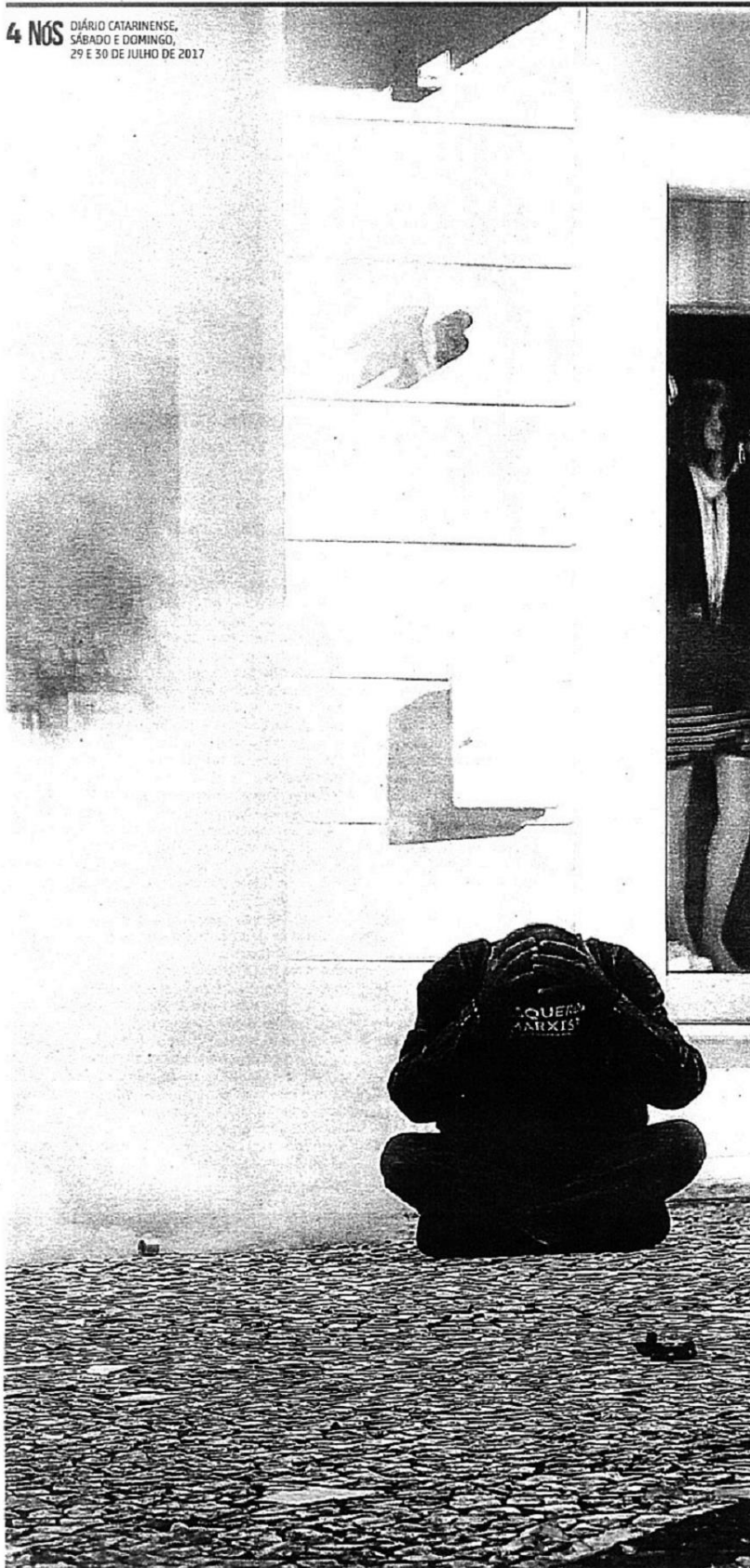
Tanto em Santa Catarina como em outros Estados, as polícias e guardas municipais seguem um

protocolo operacional padrão (POP) para distúrbios civis, como são chamados os protestos na linguagem técnica. No documento, entre outras orientações, há a indicação de como formar a tropa, que tipo de armamento utilizar, como agir em situações de risco e de qual distância atirar ou lançar spray de pimenta. Muitos deles orientam para disparar abaixo da linha da cintura. O problema, porém, é que nem sempre as regras são seguidas. O DC solicitou o acesso aos protocolos da Guarda Municipal e da Polícia Militar de Santa Catarina, mas ambos negaram o pedido.

A reportagem teve acesso ao documento da PM catarinense. Não há orientações diretas como, por exemplo, a distância a ser tomada para atirar ou se o disparo precisa ser abaixo da linha da cintura. Bruno Langeani, coordenador do Instituto Sou da Paz, organização não governamental que contribui para políticas públicas de segurança no país, critica justamente essa falta de transparência. Para ele, o excesso de sigilo aumenta o medo e a desconfiança dos manifestantes, o que pode gerar ânimos acirrados. Uma troca de informação entre líderes do ato e representantes do Estado, aponta, seria a saída.

— A gente tem visto desde 2013 uma discussão ampla sobre gestão de protestos, mas que tem ficado muito na questão policial. É preciso que outros setores do Estado se coloquem nesses canais. Isso evitaria que cenas como essas de Florianópolis acontecessem. É preciso se perguntar como o trabalho da polícia está conversando com a sociedade. Mas é necessário que haja transparência. Qual o critério para usar a força? As estratégias não são discutidas — questiona.





Sobre armas não letais, o especialista destaca que, apesar de cada corporação ter um protocolo de ações, práticas como atirar acima da cintura e à queima-roupa fogem do bom-senso. Os próprios manuais dos fabricantes estipulam uma distância mínima.

Em nota, a PM diz que todas as tecnologias menos letais utilizadas pela corporação seguem o prescrito pelas empresas e técnica policial militar, não lesionando nenhum cidadão. Sobre o confronto do dia 12, a corporação afirma que usou "granadas de luz e som, gás lacrimogêneo e dois disparos de elastômero (borracha) para curta distância com intuito de dispersar pessoas que atentavam contra agentes com pedras e outros objetos."

A comandante da Guarda e secretária de Segurança Pública da Capital, Maryanne Mattos, diz que informações que chegaram à corporação denunciavam que os servidores "viriam para o enfrentamento". Ainda assim, nenhum deles foi detido ou interrogado, apesar de haver agentes de inteligência que verificaram a existência de manifestantes que levavam sacolas com cocos verdes, pedras, estilingues com bolas de gude e sacos com fezes, segundo a servidora.

- Tínhamos que monitorar a situação, para não gerar mais tumulto. Chegou um ponto, que acho o mais crítico e mais grave, em que eles encheram as duas portas da Câmara de lixo, altamente inflamável, e avisaram que colocariam fogo nos sacos. Enquanto isso, os servidores que estavam lá dentro desligaram o registro de água. Então, se houvesse um incêndio, não teríamos nem como contê-lo - diz a comandante.

**APESAR |
CORPORA
UM PRO'
ESPECI
EM SEGI
AFIRMA QI
COM AR
BORRACH
DA CINT
QUEIMA
FOGI
BOM-S**

O peito também é considerado uma parte vulnerável aos disparos de arma de borracha.

O servidor Alex José da Silva, 42 anos, está com três hematomas na região, mas se lembra de ter sofrido apenas um tiro. Na hora, ficou sem ar. Depois que a adrenalina diminuiu, a dor intensa continuou por dias. Em 14 de dezembro de 2008, um disparo a curta distância de espingarda não letal de calibre 12, o mesmo cano que feriu o trabalhador, matou um comerciante e feriu seu irmão após um churrasco da família no centro de Balneário Camboriú. O tiro foi feito por um policial militar.

Conforme o manual da empresa Condor, responsável pela venda de armas não letais para o Estado, o projétil de borracha não deve ser disparado a distâncias inferiores a 20 metros. "O disparo deve ser feito apontando-se a arma para as pernas dos infratores da lei", orienta. Desde janeiro de 2014, o governo catarinense já gastou mais de R\$ 4,3 milhões em sprays de pimenta, granadas, balas de borracha e kits com armas e dardos elétricos, entre outros equipamentos usados em manifestações. Todas as compras foram feitas sem exigência de licitação. Em apenas um desses contratos foram adquiridos 2,5 mil granadas, 124 mil balas de borracha e 220 tubos (sprays) de pimenta. Tudo ao custo de quase R\$ 1 milhão.

De pelos menos 13 servidores feridos no dia 12 de julho, quatro sofreram tiros de bala de borracha acima da linha de cintura, algo que também é contra recomendações de órgãos como a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) e a Organização das Nações Unidas (ONU). Em alguns deles, as imagens exibidas pela TV mostram que esses disparos são feitos a distâncias inferiores a cinco metros.

- A gente não estava oferecendo resistência nenhuma. O cara me deu tiro de cima, de forma covarde, na minha barriga. Sem falar de vários outros colegas baleados no peito, nas costas, nos dedos. Foi muita covardia o que eles fizeram - conta Luiz Pimentel, 38 anos, servidor da Comcap há 15 anos, cuja barriga ainda guarda estilhaços do projétil de borracha.

Em relação aos ferimentos em partes vulneráveis das pessoas, citando costas, barriga e peito, Maryanne Mattos defende que para analisar isso precisava dos laudos periciais e não tinha essas informações no dia em que recebeu a reportagem. Sobre a atuação dos guardas, diz que a corregedoria está averiguando as imagens para verificar possíveis excessos. Também não soube responder quanto de armamento não letal foi usado naqueles dias e se limitou a responder em nota "que foi o suficiente". Ela garante, porém, que as armas foram posicionadas para baixo da linha da cintura.

- A tendência é que as pessoas se afastem, mas, no caso de-

les (servidores), vinham cada vez mais para cima, para o enfrentamento. Em 13 anos de Guarda, nunca vi nada igual.

Em nota, a Polícia Militar diz que segue as orientações previstas pelos fabricantes dos armamentos e munições utilizados no âmbito da corporação. "Não há nenhum registro de cidadão lesionado em decorrência da ação de um policial militar. Mesmo assim, a instituição prestou auxílio às pessoas feridas e solicitou atendimento através da sua rede de rádio, conforme fotos em anexo", acrescenta.

Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina (OAB/SC), o advogado Sandro Sell afirma que a "polícia foi colocada no lugar da política". Ele entende que o fato gerador de toda a tensão na Câmara de Vereadores de Florianópolis foi a dificuldade em haver negociação política para que os trabalhadores pudessem acompanhar as sessões. Sell avalia que tanto a PM quanto a Guarda Municipal e os sindicatos "precisam mudar suas atitudes":

- Ninguém nega que precisamos da polícia. Só que essa polícia tem muita dificuldade para lidar com movimentos que são próprios da sociedade civil, como protestos. A tática de enfrentamento sempre é muito bélica. É necessário que as forças recebam treinamento para negociar com os manifestantes.

EM CADA ÃO TER ICOLO, LISTA IANÇA ATIRAR IAS DE ACIMA RA E À OUPO NSO.

O estudante joinvilense Eduardo Söchtig carrega até hoje a marca da lesão que sofreu durante uma manifestação em Brasília no fim de maio. Ela é invisível para quem não conhece o rapaz, mas pessoas próximas lidam diariamente com o problema. Ele perdeu a memória recente após uma forte pancada na cabeça. Se foi bala de borracha, paulada ou explosão, não sabe dizer. Acordou no meio da multidão sem saber o que havia acontecido.

Estudante do terceiro ano de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Söchtig teve que recomeçar os estudos. Apesar de se mudar para Florianópolis há mais de um ano, conta que só lembra de morar com a família em Joinville. Todas as relações que fez na Capital catarinense ou depois de 2015 desapareceram. Hoje ele é acompanhado por uma neurologista, que trata o caso como uma lesão pós-traumática.

- Falaria que eu estudava. Achei tudo muito estranho. Agora estou lembrando de poucas coisas, mas não consigo relacioná-las - conta.

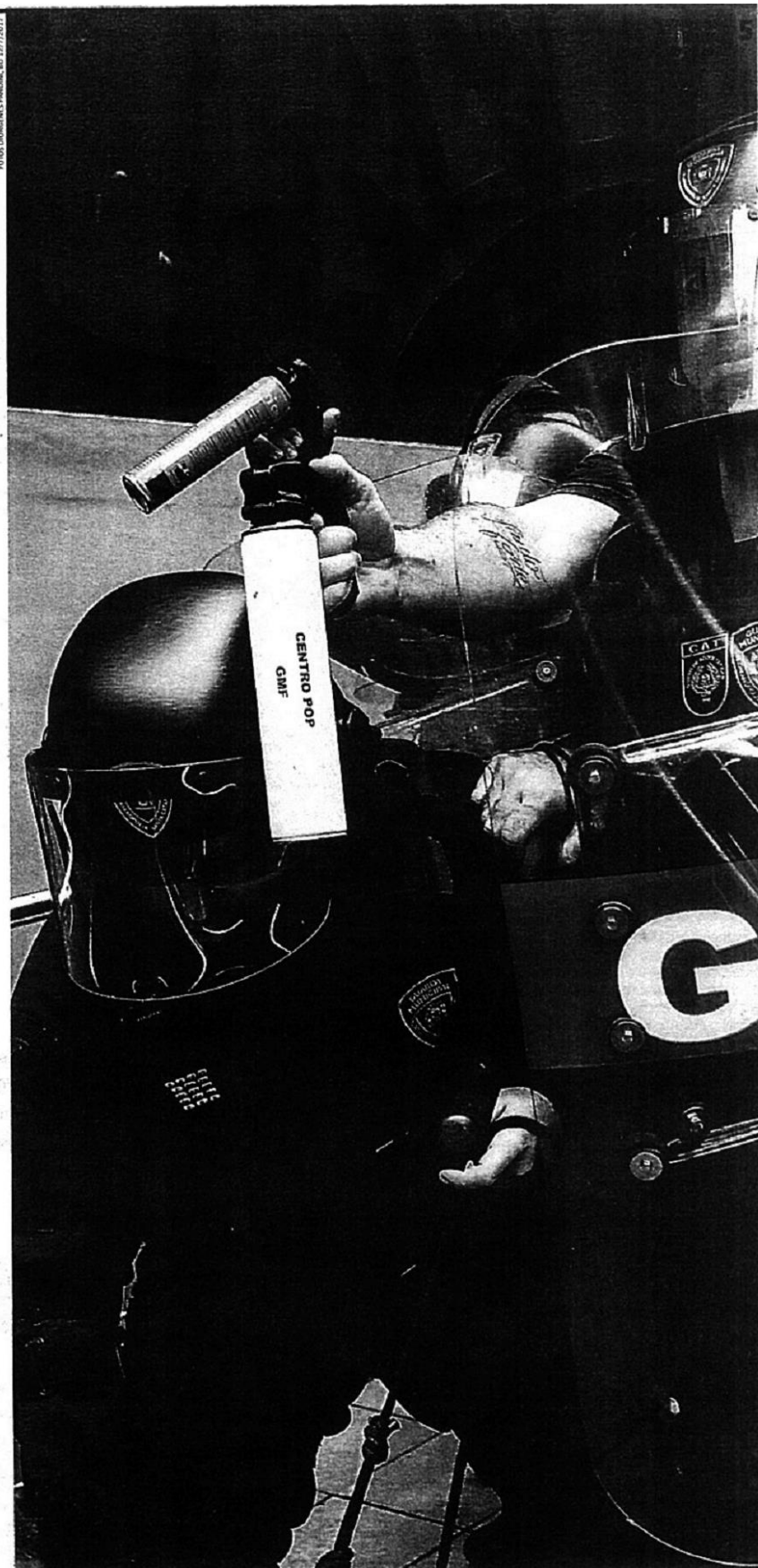
Segundo o médico legista Zulmar Vieira Coutinho, professor aposentado da Universidade Federal de SC, um tiro de borracha pode causar uma lesão mortal ou corporal. Ele, que lembra de observar o início do uso de armas não letais em Florianópolis, diz que é preciso tomar uma distância mínima, como orienta os manuais:

- Lembro de um caso em que o projétil chegou a penetrar a coxa de uma pessoa, causando uma lesão. Ou seja, dependendo da distância, pode causar desde uma lesão mortal até um traumatismo craniano encefálico (caso o disparo acerte a cabeça). Se pegar no fígado ou no baço, pode ocorrer uma hemorragia. Se perfurar a pele já é tratado como um caso de emergência.

Coutinho entende que os disparos precisam ser feitos nas pernas ou de longe. Distância que no caso do servidor Anselmo de Jesus, 42 anos, foi curta. Ele tem um hematoma nas costas, quase no pescoço, resultado de um tiro que sofreu enquanto se afastava de um dos tumultos na Câmara. Amigos o colocaram em um carro e o levaram ao Hospital de Caridade, onde recebeu curativo e, em seguida, alta. Encostar no sofá, diz, não é possível. Anselmo registrou boletim de ocorrência (BO) contra os guardas e aguarda o exame de corpo de delito para pedir atestado médico do serviço.

- Qualquer arma contra a multidão é algo questionável. Sempre que você analisa a situação de agressor e agredido, você tem que considerar o potencial. Uma mulher que está grávida, por exemplo, pode abortar (ao ser atingida). São conjuntos de condições clínicas que o atirador não conhece. Ele acha que está atirando em alguém saudável, mas a pessoa pode ser portadora de uma condição física que a torna vulnerável - destaca o médico Plínio Augusto Freitas Silveira, professor da Univali e que participou da formação da Política Nacional de Humanização.

FOTOS: DIVULGAÇÃO/PMSC, BO 1277/2017





MARCO FAVERO, RD 21/13/2015

Outro exemplo citado pelo médico é um tiro atingir os olhos, por exemplo, como aconteceu com o fotógrafo Sérgio Andrade da Silva durante manifestações em 2013 na capital paulista. O profissional perdeu o olho. Além disso, observa, um indivíduo mais vulnerável pode ficar asfixiado por um spray de pimenta.

– A expressão (armas não letais) é apenas um eufemismo para o Estado atenuar sua violência. Outros países evitam esse tipo de arma – afirma.

Ex-comandante geral da Polícia Militar de Santa Catarina, o coronel Nazareno Marcineiro, hoje na Reserva, avalia que a força, quando necessária na contenção de distúrbios civis, deve ser de forma paulatina e gradual. Mesmo com as recomendações existentes para distância e alvo dos disparos não letais, Nazareno pontua que a escala para o emprego das tecnologias existentes fica “a juízo de valor de quem estiver comandando na área”. Essa decisão, destaca, vem das circunstâncias ambientais do local e há possibilidade de se ter um aumento da tensão caso não haja intervenção.

Para a pesquisadora da USP Giane Silvestre, porém, esses confrontos podem afetar a relação com a comunidade. Ela lembra que pesquisadores, principalmente dos Estados Unidos e da Inglaterra, chegaram à conclusão de que a forma como a polícia trata a sociedade é mais importante para as pessoas do que a redução de índices de criminalidade.

– Quando a polícia consegue interagir de uma forma que a sociedade entenda que o tratamento é justo, esse tem muito mais efeito – explica.

O coordenador da Sou da Paz, Bruno Langeani, acrescenta que o excesso de truculência muda o foco da manifestação para as forças de segurança. Se antes o Estado era o alvo, depois de episódios de confronto os policiais acabam levando a culpa. Cenário que é ruim, segundo ele, também para as corporações.

Para quem foi ferido, a situação é ainda pior. O atestado médico de Luiz Pimentel, o gari baleado no abdômen em 12 de julho, expirou em 27 de julho e, apesar de ainda estar “com a barriga aberta”, retomou o trabalho no caminhão da Comcap na quinta-feira, recolhendo lixo nas ruas da Capital. O serviço pesado atrapalha o ferimento, mas os colegas de roteiro têm se desdobrado para poupá-lo do esforço demais. Coberta com gaze e esparadrapo, a marca daquela noite ainda está presente.

– Não cicatrizou ainda. A ferida está aberta.

A REPRESSÃO DA POLÍCIA, QUANDO NECESSÁRIA PARA CONTER DISTÚRBIOS CIVIS EM PROTESTOS, DEVE SER USADA DE FORMA PAULATINA E GRADUAL.

O CUSTO DA FORÇA

Preço médio dos principais itens adquiridos pelas polícias em Santa Catarina em maio deste ano usadas para conter manifestações civis. O valor total da compra é de R\$ 511 mil

BOMBA DE EFEITO MORAL (GRANADA INDOOR EXPLOSIVA COM CORPO DE BORRACHA)	30 Unidades	R\$ 198,01
Cada unidade		
TOTAL		R\$ 5.850,30

TASER (KIT ELITE DE DISPOSITIVO ELÉTRICO INCAPACITANTE)	30 Unidades	R\$ 4.725,00
Cada unidade		
TOTAL		R\$ 141.750

BOMBA DE EFEITO MORAL (GRANADA INDOOR EXPLOSIVA DE LUZ E SOM)	40 Unidades	R\$ 297,47
Cada unidade		
TOTAL		R\$ 11.898,80

CARTUCHO PLÁSTICO CALIBRE 12 COM BALA DE BORRACHA	4.283 Unidades	R\$ 26,06
Cada unidade		
TOTAL		R\$ 111.614,98

BOMBA DE EFEITO MORAL (GRANADA EXPLOSIVA DE LUZ E SOM) DE BORRACHA	20 Unidades	R\$ 333,16
Cada unidade		
TOTAL		R\$6.663,20

RECARGA DE TASER (CARTUCHO DE LANÇAMENTO DE DADOS ENERGIZADOS)	30 Unidades	R\$ 125,90
Cada unidade		
TOTAL		R\$3.777

SPRAY DE PIMENTA (ESPARGIDOR DE ESPUMA PIMENTA MÉDIO)	30 Unidades	R\$ 199,75
Cada unidade		
TOTAL		R\$ 5.992,50

SPRAY DE PIMENTA (ESPARGIDOR DE ESPUMA PIMENTA GRANDE)	400 Unidades	R\$ 559,25
Cada unidade		
TOTAL		R\$ 223.700

Notícias do Dia Plural "Casa da Cultura"

Casa da Cultura / Florianópolis / FCFCC / Fundação Cultural de Florianópolis
Franklin Cascaes / Edison Andrino Oliveira / Carmen Fossari / UFSC /
Universidade Federal de Santa Catarina / Departamento Artístico e Cultural
/ Salim Miguel / Lélia Pereira Nunes / Rodolfo Joaquim Pinto da Luz / Roseli
Pereira / Fundo Municipal de Cultura

10/11 NOTÍCIAS DO DIA FLORIANÓPOLIS, SÁBADO E DOMINGO, 29 E 30/7/2017



Casa da cultur

KARIN BARROS

Karin.barros@noticiasdodia.com.br

Com o objetivo de fomentar uma ação cultural forte, autônoma e articulada com os setores turísticos, proporcionando maior autonomia às políticas públicas para a área da cultura em Florianópolis no dia 29 de julho de 1987 nasceu a FCFCC (Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes). Contudo, não foi dessa forma que os governos da cidade levaram a instituição nessas três décadas.

Com diversos registros de sede, a fundação que tem como nome o artista catarinense, pesquisador, ecologista e folclorista, que dedicou parte de sua vida ao registro das tradições, lendas, usos e costumes dos moradores da ilha de Santa Catarina, hoje se encontra em uma sala no Edifício Berenhauser, na rua Trajana, no Centro.

Criada na gestão do então prefeito Edison Andrino de Oliveira, desde o surgimento já estiveram à frente da instituição Isnard Azevedo, Aldirio Simões, Salim Miguel, Lélia Pereira Nunes, Mário Bittencourt, Wilson Rosalino da Silveira, Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, Luiz Elkie Moukarzel, Pedro Almeida, João Augusto F. do Valle Pereira, Vanderlei Farias e, atualmente, Roseli Pereira.

Além dos nomes que passaram pela superintendência da FCFCC nesses 30 anos, o quadro de funcionários também sempre foi instável – estando à disposição da prefeitura sempre que necessário -, o que dificulta de certa forma o andamento dos projetos por ali criados mesmo com os planos de metas.

Mesmo com esse fato de ter o quadro efetivo quase inexistente, pelo menos três servidores municipais conseguiram acompanhar o crescimento da fundação de perto. JB Costa, Sulanger Bavaresco e Dieve Oehme muito mais que vestir a camisa da cultura do município, vivenciaram e respiraram a fundação. JB é ator e técnico cultural da fundação há 29 anos. Ele é um dos responsáveis pelos trabalhos de pesquisa e resgate da cultura de Florianópolis. É agitador e programador cultural, e quando ele começou na fundação tinha sede no portal turístico da cidade, na entrada da ponte Pedro Ivo.

JB Costa destaca dois projetos de que fez parte: "Encontro das nações - Brasil de todo os tons", que foi realizado no Largo da Alifândega e dava oportunidade

aos turistas e nativos de conhecerem culturas de todo o país, e o "Encontro de bois de norte a sul", que mostrava as vertentes dos bois (folclore) de todo o Brasil. Para ele, as mudanças da gestão da fundação também têm seu lado positivo, pois cada superintendente focava em uma área da cultura, criando um legado de conhecimento.

Sulanger chegou a FCFCC no final da gestão de produtor cultural Isnard Azevedo, o primeiro superintendente da fundação. Foi ela também, que durante a superintendência de Salim Miguel, ajudou a criar o Festival Nacional de Teatro Isnard Azevedo (última edição foi em 2015). Sulanger lembra que por várias vezes a instituição esteve prestes a ter a um fim, porém, hoje é um órgão independente, com possibilidades de convênios e patrocínios que podem levar a memória e a cultura da cidade à frente. "Eu me lembro que a cidade recebeu com muita euforia a criação da fundação, foi como um presente. Eu acredito que a criação dela foi a prefeitura reconhecendo a necessidade e a potência da cultura da sua cidade", coloca ela.

A servidora que deve se aposentar em pouco mais de um ano, acha importante um quadro técnico constituído por profissionais habilitados e capazes de contribuir com o trabalho da fundação, e que essas pessoas estão na própria cidade. "Muitas pessoas passaram a morar em Florianópolis porque era um espaço possível de se criar artisticamente", afirma.

Já Dieve Oehme foi a primeira assessora de imprensa do departamento de cultura da fundação, em 1987. "Eu estava no fim da faculdade e trabalhava no turismo, que era na porta da frente. Então comecei na fundação, mas me requisitaram para o gabinete, embora trabalhando lá sempre eu era requisitada na cultura e servia de apoio aos novo assessores", lembra ela, que se aposenta no próximo mês.

A jornalista se mostra um apaixonada pela função que exerceu nas últimas três décadas dentro da prefeitura. "Trazemos a memória da fundação, mas acima de tudo a fundação no coração. Porque vamos além pelo amor, sem se ater em horários: Nós temos paixão pelo que fazemos", diz.

Na memória dos três servidores municipais, é indiscutível a gestão do escritor morto no ano passado Salim Miguel. "Ele construiu condições diferenciadas para gente trabalhar. Era um homem vivido, muito culto e com muitas relações para além da Capital. Ele chamava um por um para conhecer, nos instigar e tocar projetos", diz Sulanger.

Três funcionários
mais antigos
da fundação
Sulanger
Bavaresco, JB
Costa, Dieve
Oehme e atual
superintendente
Roseli Pereira



Artistas clamam

A inquieta classe artística de Florianópolis sempre cobrou e deve cobrar da Fundação. A atriz Bárbara Biscaro vê o modelo usado pela instituição como antigo, de uma época que a cultura era gerida de maneira mais leve, mas que não deu certo. "Com o Plano Nacional de Cultura, foi criada uma Secretaria de Cultura, mas a nossa não tem função nenhuma", afirma. Ela ressalta ainda o uso do Teatro do Ubro, que está sob os cuidados da Fundação, e que está fechado após embargarem um edital para técnico supervisor do espaço.

Para o ator e diretor Renato Turnês, a fundação é um órgão fundamental para todos que trabalham com a cultura na cidade. "Durante esses anos que trabalho em Florianópolis vejo um esforço enorme de pessoas ligadas à fundação, muito comprometidas em desenvolver projetos e programas que



Da esq. para à dir. Festival Isnard Azevedo, a Escola Livre de Música, o ator Isnard Azevedo, e torno de Reis

a

Fundação Franklin Cascaes completa 30 anos resistindo ao pouco investimento, porém com o espaço reivindicado para projetar o setor na cidade



FLAVIO THINNA

por uma fundação mais atuante

façam a missão da fundação realmente acontecer. A importância da fundação como órgão gestor e fomentador da cultura na cidade é inequívoca. Essas pessoas, que levam a fundação nas costas, são os grandes pontos positivos dessa história", afirma.

No entanto, hoje, Turnes lamenta o estado das coisas. "Tem acontecido um sucateamento de verbas e o não cumprimento das leis de repasse por parte da prefeitura. Sem dinheiro, nem os mais motivados e preparados funcionários dos quadros da fundação conseguem fazer nada, e a cultura da cidade, rica em manifestações tradicionais e em artistas contemporâneos de todas as áreas, sofre um processo gradual de miséria e apagamento", pontua. "Fico triste em sentir que mereçamos comemorar a história da fundação, mas ser obrigado

a lamentar o descaso dos governantes municipais", finaliza ele.

Carmen Fossari, diretora de teatro da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) e coordenadora da oficina permanente de teatro do Departamento Artístico Cultural, lembra da importância do órgão de fazer ações que destaquem a atuação do artista que dá nome à instituição nas escolas, Franklin Cascaes. Para ela, o auge da Fundação foi na gestão de Salim Miguel, onde as ações estavam a plenos pulmões.

"Não temos uma política de fato de cultura e o orçamento que a legislação obriga a ter. Não é possível fazer cultura porque não é cumprida a legislação vigente. Eles priorizam todos os eventos para elite sem valorizar a cultura fazendo um processo desvalorização periférica", comenta. Para Carmen, a data é um momento de reflexão.

Ex-superintendentes

De 1997 a 2004 a Fundação Franklin Cascaes ficou ao comando de Lélia Pereira Nunes. Ela explica que na sua gestão foi estabelecida uma política cultural voltada às ações que possibilitassem o desenvolvimento cultural das comunidades e na revitalização de bens e espaços culturais. Incentivou-se a valorização das manifestações da cultura popular, o fomento à produção e à difusão cultural. "Nascia nessa época o projeto Cultura da Gente – Mercado Público, Patrimônio da Gente, Banda na Praça, Piano na Escadaria, Ciclo do Divino, Orquestra na Comunidade e Maratona Fotográfica, projetos simples, pontuais, que mexia com todas as comunidades da Ilha e do Continente", relembra Lélia.

Rodolfo Pinto da Luz, que hoje é presidente da FCC (Fundação Catarinense de Cultura), esteve à frente da FCFFC de 2009 a 2012. Ele conta que entrou para ficar alguns dias e acabou acumulando o trabalho com a pasta de Educação por anos. "Mesmo assim foi possível estruturar o Sistema de Cultura de Florianópolis, criando o Conselho Municipal de Política Cultural, aprovar a lei e pôr em funcionamento, criar o Fundo Municipal de Cultura e lançar o edital para todas as áreas (que inclusive só foi lançado uma vez), o festival Isnard Azevedo teve os locais ampliados, comemoração ao aniversário do poeta Cruz e Sousa, e outras aspirações antigas concretizadas", afirma o professor, que vê sua gestão como a estruturação do "CPF da cultura".

O músico, ator e escritor Luiz Ekke Moukarzel foi gestor do órgão de 2013 a 2015. Em seu comando, ele destacou a criação da Secretaria Municipal de Cultura, teve aumento do orçamento para a fundação, foi criado a Escola Livre de Música - que atualmente vive em dificuldades, inclusive já correu o risco de fechar. Houve, ainda, a profissionalização da galeria Pedro Paulo Vecchietti e a digitalização do acervo do arquivo de história. Contudo, Luiz hoje diz que vê a fundação sucateada pela falta de repasse de verbas e a extinção de projetos culturais. Segundo ele, há mais de 20 anos não é realizado um concurso público para a fundação, diferente do que ocorre com a saúde, educação e a segurança na cidade. "O governo não respeita a área e coloca profissionais de outras áreas para comandar a fundação. Eles esquecem que quem traz turista para Florianópolis é a cultura", finaliza o ex-superintendente.

Poucos recursos

Desde fevereiro deste ano, Roseli Pereira responde pela fundação. Porém, ela já teve outra passagem pelo órgão entre 2009 e 2012, época da gestão de Rodolfo Pinto da Luz. Para ela, desde 1987, como política de Estado a fundação avançou, por exemplo, colocando em funcionamento o Sistema Municipal de Cultura, que cria um diálogo entre a sociedade civil e a área governamental.

Para o futuro da fundação, Roseli acredita que é preciso fortalecer a identidade cultural do município. "Somos uma Capital que não temos na maioria só nativos, por isso é preciso haver o respeito das diversidades e valorizar essas culturas que vieram, sem perder esse olhar sobre a identidade local", diz.

Sobre pontos que a classe artística sempre aborda, Roseli afirma que o Teatro da Ubro está em funcionamento, recebendo agendamento para eventos culturais, oficinas, reuniões, ensaios e outras atividades. Entretanto, no caso de espetáculos que exigem uma melhor estrutura de som e luz, está sendo avaliado caso a caso. Assim que esta questão técnica estiver resolvida, a pauta será retomada integralmente.

A Lei Municipal de Incentivo à Cultura está funcionando normalmente, diz, seguindo o calendário de inscrição de projetos disponibilizado no site. Vários projetos já estão em processo de captação e outros em fase de execução, conta ela. Com relação aos editais públicos, a fundação herdou da gestão anterior R\$ 430 mil na conta do Fundo Municipal de Cultura e quatro anos sem realização de editais. Havia a pretensão de lançar editais utilizando parte desses recursos, entretanto, segundo Roseli, o Conselho Municipal de Política Cultural não aceitou a proposta.

"Esse ano é diferenciado pela situação financeira que estamos vivendo, existe uma preocupação com as contas que ficaram. Estamos fazendo planejamento, preparando projetos para fazer captação de recursos", finaliza Roseli. Projetos como a Escola Livre de Artes e o Cinema nos Bairros devem ser executados ainda esse semestre pela fundação.

Confira a programação de comemoração no final de semana

29/7, 10h. Feira de Artesanatos do Campeche, Pracinha do Campeche

29/7, 11h. Choro Catarina, coreto da Praça 15, Centro

29/7, 18h. Museus Virtuais, Cinema do CIC, Agrônômica

30/7, 9h30 às 17h. Floripa em Movimento, avenida Beira-Mar Norte, Centro

31/7, 10h. abertura do Mural da Cultura, Mercado Público de Florianópolis, Centro

Notícias do Dia Contracapa e Carlos Damião "Mais de 300 anos de história ameaçados"

Mais de 300 anos de história ameaçados / Arquivo Histórico Municipal Professor Oswaldo Rodrigues Cabral / Sérgio Grando / Prefeitura Municipal de Florianópolis / Cesar Souza Júnior / Casa da Memória / Angela Amin / Haylor Dias / Roseli Maria da Silva Pereira / Fundação Franklin Cascaes / Parceria técnica / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina



Carlos Damião

carlosdamião@gmail.com
twitter: @damião_ND



Acompanhe a coluna no NDOnline

25. NOTÍCIAS DO DIA
FLORIANÓPOLIS, SÁBADO E DOMINGO, 29 E 30 DE JULHO DE 2017

Mais de 300 anos de história ameaçados

Arquivo Público criado por Sérgio Grando em 1994, que guarda documentos da municipalidade, precisa de socorro urgente

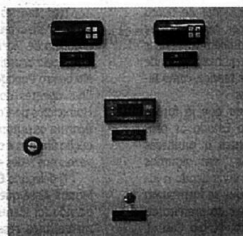
Documentos públicos preservados por mais de 300 anos podem se perder em breve, caso a prefeitura de Florianópolis não socorra imediatamente o Arquivo Histórico Municipal Professor Oswaldo Rodrigues Cabral, localizado na praça 15 de Novembro. A situação vem se agravando nos últimos 10 anos, em razão do pouco caso oficial. Na administração do prefeito Cesar Souza Júnior o sistema de climatização apresentou problemas, foi desligado e nunca consertado. Continua sem funcionar, ameaçando os documentos arquivados e também a saúde dos funcionários, já que as variações de temperatura e umidade do ar favorecem a proliferação de bactérias.

Para piorar ainda mais, o Banco do Brasil, proprietário do prédio onde está instalado o Arquivo, pediu o imóvel de volta. A edificação foi cedida durante a gestão da prefeita Angela Amin, época em que também surgiu uma grande confusão: ao invés do fortalecimento do Arquivo, a prefeitura criou outra instituição com objetivo semelhante, a Casa da Memória, situada na rua Padre Miguelinho.

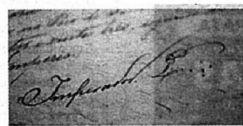
O Arquivo, criado pelo prefeito Sérgio Grando em 1994, conserva documentos relativos ao poder público municipal (Câmara e Prefeitura), desde os tempos do Brasil Colônia (século 18) até a atualidade. Decretos, ordens de serviço, livros, mapas, fotos, fitas de vídeo e fitas k-7, tudo precisa de cuidados especiais, entre os quais a climatização permanente, com a temperatura média de 21°C e a umidade do ar média em 55%.



Historiador Haylor Dias coordena o Arquivo e procura manter o acervo em condições de uso



Panel de climatização: falta de manutenção determinou o desligamento do sistema na gestão de Cesar Souza Júnior



Assinatura de D. Pedro 1º no decreto que elevou a vila de Nossa Senhora do Desterro à condição de cidade (1823)

Buscando parceria

O Arquivo foi subordinado inicialmente e até há pouco tempo à Secretaria da Administração. Na gestão de Cesar Souza Júnior passou para a Secretaria da Cultura. A confusão com a Casa da Memória ficou ainda pior depois dessa mudança.

A superintendente da Fundação Franklin Cascaes, professora Roseli Maria da Silva Pereira, esclareceu na quinta-feira, dia 27/7, que a prefeitura está buscando uma parceria técnica com a UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), para recuperação e preservação do Arquivo, com a cessão de servidores especializados. Na atualidade, são apenas quatro funcionários, orientados pelo historiador Haylor Dias, sendo que um está se aposentando e dois são contratados recentes, ou seja, não têm experiência para lidar com esse tesouro.

A perspectiva de transferência de parte do acervo para o futuro Museu da Cidade é algo ainda em discussão. Existem problemas legais, por causa das características dos documentos, que precisam ser devidamente estudados e resolvidos por especialistas.

SAIBA MAIS

Alguns tesouros guardados no Arquivo Histórico Municipal

- Registro das Provisões - Provisórias e Resoluções, Ordens do Rei de Portugal e Algarve aos Governadores da Província, do período 1715-1807
- Decreto Imperial assinado por D. Pedro 1º em 20 de março de 1823, elevando a vila de Nossa Senhora do Desterro à condição de cidade (Desterro)
- Decreto Imperial assinado por D. Pedro 2º em 1846, concedendo naturalização a um cidadão português
- Lei III de 1º de outubro de 1894, em original tipográfico, mudando o nome da Capital de Desterro para Florianópolis
- Livros de óbitos dos cemitérios de 1841 até a década de 1930
- Livros de atas de recolhimentos de impostos de termos de juramentos
- Livro de receita das sisas dos escravos
- Atas de eleições
- Correspondências das autoridades do Império
- Decretos e leis imperiais
- Atas das sessões da Câmara Municipal
- Registros de nascimentos e óbitos

Notícias do Dia
Néri Pedroso
"Trincheira"

Trincheira / Diego de los Campos / Al Capony is Back / Centro de Cultura e Eventos / Universidade Federal de Santa Catarina / Florianópolis

FOTOS: DIVULGAÇÃO/ND



Personagens uniformizados com ternos e sapatos italianos. A cor de sua pele obedece a uma estrita paleta de Pantone. Seus persistentes cabelos são tratados como peças museológicas. Suas gravatas de seda são as coleiras do império."

Diego de los Campos, sobre o "alcamponismo"

Trincheira

Articulador e sobretudo um trabalhador, Diego de los Campos dá amplitude à sua arte. Parte de sua produção está até 4 de julho na mostra "Al Capony is Back", no Espaço Expositivo do Centro de Cultura e Evento da Universidade Federal de Santa Catarina. Vinte e três pinturas trazem estranhos personagens, representantes, segundo o artista do "alcamponismo", movimento destrutivo, em escala global, que invade todos os espaços de manifestação libertária. Na recente Entremostros, em Florianópolis, mostrou "Cabeças" que, logo depois, foram para o Heloísa Junqueira Ateliê, em Ribeirão Preto (SP). "Desenhos de um Real" estiveram na Fundação Lauro Campos, em São Paulo, numa exposição sobre "a nova arte-política" que reuniu 26 artistas de nove Estados brasileiros e uma estrangeira. As reflexões sobre o valor da arte, suas finalidades na vida social e na formação coletiva, o seu papel para a constituição da dramaturgia-política contemporânea, a crítica ao capital, a fórmula política do subjetivo são questões que permeiam os interesses do artista que vive em Florianópolis.

Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

29/07/17

Proposta de reestruturação do transporte coletivo da Grande Florianópolis é apresentada
Fundação Franklin Cascaes completa 30 anos resistindo ao pouco investimento municipal

30/07/2017

Racha entre motos pode ter causado acidente com morte na Beira-Mar Norte em Florianópolis
UFSC abre nove vagas para professores substitutos
Forquilha: Heimatfest 2017 já tem Rainha e Princesas
Pouco caso oficial ameaça o Arquivo Histórico de Florianópolis